

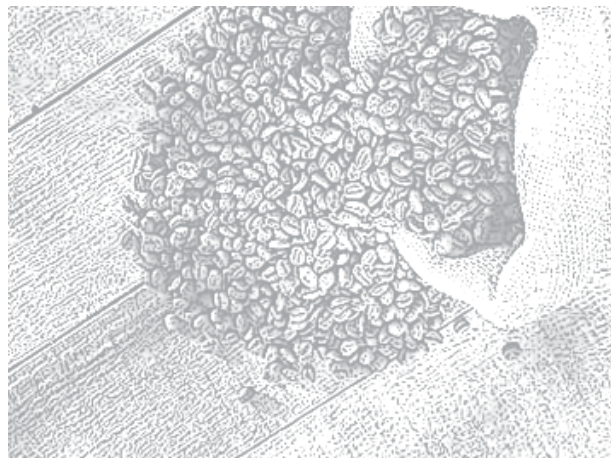
As NEGOCIAÇÕES internacionais e as POLÍTICAS de valorização do CAFÉ

Paula Lou'Ane Matos Braga*

A presente pesquisa objetiva analisar as políticas de valorização do café à luz de seu contorno interno e externo, enfatizando as negociações internacionais que envolveram todo o período. O método de análise conta com um olhar internacionalista sem deixar à margem o processo histórico.

Essas políticas que ocorreram no período da Primeira República (1889-1930) - sustentaram os indicadores econômicos do Brasil uma vez que o país enfrentava uma situação de desconforto em seu comércio exterior. Esta foi uma época marcada por uma inquietação nos produtores cafeeiros que ao se depararem com um excesso de mercadorias foram buscar nas políticas valorizadoras a solução, pelo menos em curto prazo, para seus problemas econômicos. Conhecer o cenário interno brasileiro desse período é de importância ímpar para compreender a realização dessas políticas.

Ao mesmo tempo em que o Brasil mantinha um cenário arcaico, moldado por anos de dependência externa, vai se formando na mentalidade brasileira uma ânsia por idéias novas seja na política, influenciada pela onda liberal norte-americana e francesa, seja na economia que assume de uma vez por todas o desejo pelo enriquecimento rápido. O país assume seu caráter de aventureiro e quer de qualquer maneira recuperar tantos anos de dependência para enfim encontrar um novo mundo de riqueza, de prosperidade, de desenvolvimento. É, portanto, nesse cenário de contrastes que José Maria Bello afirmou que o momento que o Brasil estava vivenciando era "*uma harmonização entre romantismo e tradicionalismo*".¹ Um romantismo vivido pelos filhos da elite doméstica que ao voltarem de seus



estudos em países europeus traziam junto com eles um ideal de liberdade e de prosperidade que queriam implementar na sua cidade natal brasileira. Um tradicionalismo marcado pelas velhas estruturas de exploração e desigualdade.

Havia no âmbito econômico e financeiro uma vontade de acelerar o ritmo do desenvolvimento das riquezas nacionais, reanimando as indústrias agrícolas, principalmente a produção cafeeira que se torna uma base firme para os indicadores econômicos do país. A modernidade havia se instalado no país; as transformações foram sentidas na melhoria dos transportes, dos portos, do sistema de financiamento da produção, no saneamento e reformas urbanas, nas infinitas estradas de ferro, nos refinamentos de hábitos e maneiras, enfim, a ilimitada vontade de inovação foram frutos das negociações internacionais que o país realizava, uma vez que sem os empréstimos estrangeiros, principalmente ingleses, e sem o comércio exterior essas transformações não seriam sustentadas. E o café é o grande responsável pelo sustento dessas transformações, pela concretização desses ideais, desse novo estilo de vida.

Parece estranho afirmar que é exatamente nesse contexto de alta produtividade que a produção cafeeira encontra sua própria contradição que a levaria a enfrentar graves problemas futuros com a superprodução, mas foi de fato o que ocorreu. A crise cafeeira de 1906 foi consequência de seu próprio sucesso.

A consciência sobre a vulnerabilidade econômica e, dependendo do momento, a dificuldade em adquirir investimentos estrangeiros convenceram muitos da necessidade da União no âmbito econômico. Foram essas circunstâncias de reação a crises financeiras, de lutas domésticas entre classes e entre interesses internacionais que contribuíram para a definição de políticas nas quais o Estado interviria a fim de equilibrar as finanças nacionais e ao mesmo tempo atenderia aos interesses de uma nova classe que surgia. Portanto, todas as medidas financeiras internas faziam parte de uma estratégia mais ampla cujo propósito era proteger a economia do país contra a flutuação da economia mundial através da intervenção do governo. Essa proteção vinha socorrer momentos de desequilíbrio no comércio internacional no qual havia perturbações na balança comercial, principalmente do lado da oferta de primários e, conseqüentemente, atender aos anseios da burguesia cafeeira, que de uma maneira ou de outra era a classe econômica que mantinha o *status quo* brasileiro.

É todo esse cenário de superprodução que mobilizou os governadores dos três mais importantes estados cafeeiros do Brasil a se reunirem em julho de 1906 para assinarem o Contrato de Taubaté no qual os homens do café queriam a intervenção do governo Federal nos mercados do produto a fim de que o governo forçasse a sua valorização artificial.

O Convênio de Taubaté foi rejeitado num primeiro momento, tanto pela União, quanto pelos principais financiadores estrangeiros do Brasil - os Rothschilds. Eles acreditavam que o país não dispunha de recursos financeiros necessários para controlar os preços nos mercados mundiais e os Rothschilds também estavam preocupados em relação à dívida que o Brasil havia contraído com eles anteriormente através do Funding. Além do mais, essas operações implicavam grandes custos, sem contar o capital imobilizado no próprio café: pagamento de juros, armazenagem, etc.

Por outro lado, o estado de São Paulo acreditava veementemente na viabilidade dessas políticas valorizadoras. Fatores como a tendência natural do café após uma super-safra produzir várias colheitas menores, variações climáticas que levariam à venda dos produtos armazenados em longo prazo, crença na importância desse produto primário no mercado consumidor eram justificativas suficientes para levar o estado de São Paulo a agir sozinho, a fim de que essa operação se realizasse. Isso só foi possível pela grande autonomia que tinham os estados nessa época, concedida pela constituição descentralizadora de 1891 e pela posição política e econômica forte de que gozavam os fazendeiros de café.

Assim se realizaram as três operações valorizadoras articuladas pela elite cafeeira, pelos investimentos externos, pelos intermediários e depois pela própria União. Julgada em função do seu próprio objetivo, as operações tiveram bom êxito, pois impediram que os preços do café declinassem; permitiram também um aumento da receita de divisas do país angariando vultosos lucros para a elite cafeeira; revelaram a credibilidade brasileira possibilitando ao país recorrer ao capital estrangeiro quando necessário; reafirmaram o Brasil no comércio internacional como um importante exportador de produtos primários e, por fim, pode-se afirmar que as operações não eram mais censuráveis que os programas governamentais dos países consumidores, como barreiras alfandegárias ou subsídios para embarque.

Analisando essas políticas de valorização sob o aspecto das negociações internacionais é lícito afirmar que existem alguns poderes cruciais para que uma negociação possa se realizar. O Brasil possuía alguns desses importantes poderes que lograram no sucesso das operações empreendidas no setor cafeeiro. Dentre eles, pode-se citar o poder da concorrência, a partir do qual o país se superava perante todos os outros produtores mundiais de café; poder de compromisso, ou seja, de credibilidade,

que possibilitou ao país adquirir importantes financiamentos sem os quais se tornaria impossível concretizar suas operações valorizadoras; poder de moralidade, cumprir com o que foi prometido, este vinculado ao poder anterior, o Brasil só tinha moralidade porque arcava com seus compromissos; poder de atitude, este é um importante fator que o Brasil pôde desfrutar durante a Primeira República, pois, se não fosse a atitude dos cafeicultores paulistas e, posteriormente, de toda uma rede de parceiros o país não teria fomentado um comércio exterior tão produtivo e lucrativo quanto o vivido graças às políticas de valorização; poder da legitimidade, ou seja, o apoio permitiu ao país contar com a ajuda não apenas nacional, mas também internacional (esse poder está vinculado ao poder de investimento); poderes circunstanciais, que dependem das circunstâncias, ou seja, os acontecimentos que circunscreveram à época, influenciaram nessas operações valorizadoras. Dentre esses poderes circunstanciais estão desde os fatores climáticos até fatores políticos e econômicos como, por exemplo, geadas, Primeira Guerra Mundial, crises econômicas, Revolução Industrial, etc. Enfim, o Brasil possuía uma gama de poderes que o condicionou a superar a crise que o cercava devido à alta produtividade e, foi somente graças a esse conjunto de poderes que o Brasil pôde entrar nas negociações internacionais e assumir um papel importante no comércio mundial.

O Brasil assumiu uma posição estratégica e com o passar do tempo as partes envolvidas nos negócios iam angariando mais experiência e fortalecendo sua posição nas políticas de valorização. O grande mérito dessas operações, pode-se dizer, vale a São Paulo por ter acreditado desde o início na viabilidade de todo o processo. Sem a persistência desse estado as políticas poderiam nem ter chegado a se concretizar, uma vez que havia uma enorme desconfiança em todo o processo. Todo o sistema comercial estava esperando, a todo o momento, o esgotamento dos recursos de quem financiava as operações e os do próprio estado de São Paulo, o que estabeleceria o pânico no mercado e jogaria o preço do café a níveis até então desconhecidos. No entanto, São Paulo acreditou em seus poderes e foi em busca de todos os fatores necessários para a implementação e manutenção das políticas valorizadoras. É claro

que dentre esses poderes, São Paulo contou também com os poderes circunstanciais que beneficiaram o movimento favorável do mercado. Assim, os cafeicultores do estado agiram como especuladores e correram riscos. Mas os lucros oriundos dessas negociações internacionais com esse produto-mundo eram dispersados para todo o país, uma vez que não somente a elite cafeeira teve seus benefícios nessas operações, mas vários setores do cenário doméstico desfrutaram da rentabilidade financeira que o café proporcionou ao país.

Seria errôneo afirmar também que esses lucros ficaram restritos somente à esfera nacional, pois investidores estrangeiros, intermediários, bancos internacionais e também, porque não, os consumidores mundiais, todos eles formaram juntos uma gama de envolvidos nas negociações internacionais que souberam aproveitar os lucros oferecidos por esse importante comércio internacional de produtos primários. Isso pode ser afirmado pois o período que o mundo estava presenciando era marcado por uma maior aproximação entre nações caracterizando a nova fase do capitalismo que seria a globalização. O crescimento expressivo do intercâmbio comercial e do inter-relacionamento dos sistemas nacionais levaram a um verdadeiro sistema econômico de amplitude universal. A economia mundial se tornou um todo articulado levando a uma divisão internacional do trabalho.

Para acompanhar todo esse processo, o Brasil optou pelo fomento à agroexportação que foi um dos fundamentos de sua política exterior buscando uma sintonia entre a política interna e externa. Foi esse sucesso do comércio exterior brasileiro relacionado às iniciativas da elite cafeeira e uma visão holística das negociações internacionais que proporcionaram ao país viver momentos de euforia e rentabilidade para seus investimentos. Se o país não tivesse o espírito aventureiro, se inserindo em operações de risco, que caracterizavam as políticas de valorização do café, talvez o mesmo teria entrado num processo de crise irreversível. Entretanto, o país aprendeu a fazer o jogo dos negócios de modo a preencher as necessidades locais e peculiaridades. Holloway, citando uma passagem do *Correio da Manhã* datada de 1905, resume a percepção brasileira em assuntos internacionais: “A solução do problema não pode, não deve vir da escola livre-cambista, nem das teorias de Darwin, escola do ‘laissez-faire’, ‘laissez-aller’ - que pressupõe situações regulares, dinheiro abundante e de valor intrínseco.... Aguardar a ação do tempo, demorada e incerta, não é um programa de governo. É o fortalecimento condenável, próprio de povos, descivilizados e incapazes de um esforço para a salvação”.²

Notas

*Aluna de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista / UNESP. Bolsista pela FAPESP.

¹ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954): síntese de 65 anos de vida brasileira*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1983 (Biblioteca do Espírito Moderno; Série 3ª: História; v.67), p. 22.

² HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. p. 59.